

## Uma casa portuguesa

Profa. Dra. Maria do Carmo Pascoli (UNIME)

### Resumo:

*O artigo é resultado de uma pesquisa realizada na Universidade Nova de Lisboa, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Fernanda de Abreu, durante um estágio de doutoramento. O texto quer evidenciar, a partir de uma leitura de Emigrantes do escritor Ferreira de Castro, um movimento chamado “casa portuguesa” que defendeu um tipo de habitação popular, construído sob um receituário arquitetônico cujo fundamento preconizava um modo de ser e habitar caracteristicamente português. A institucionalização de um projeto arquitetônico, autenticamente nacional, estabelecia o estereótipo de uma rusticidade integrada à paisagem e a casa portuguesa se desdobrava, enquanto imagem, em uma visão de população campesina, plena de valores que muitos escritores portugueses tanto salientaram: dignidade, honestidade, força moral, robustez, como exemplos. A ficção de Ferreira de Castro faz um inventário da casa em que vive o pequeno proprietário rural e, por isso, nos fornece um contra-ponto para a interpretação dos valores “autenticamente portugueses”, que o discurso nacionalista pretendeu eleger.*

**Palavras-chave:** discurso nacionalista, casa portuguesa, emigrantes

### Introdução

Quatro paredes caiadas,  
Um cheirinho a alecrim,  
Um cacho de uvas doiradas,  
Duas rosas no jardim,  
Um São José de azulejos,  
Mais o Sol da Primavera,  
Uma promessa de beijos,  
Dois braços à minha espera,  
É uma casa portuguesa  
com certeza  
ai, com certeza  
é uma casa portuguesa. <sup>1</sup>

No pórtico da quarta edição de Emigrantes, romance de 1928, Ferreira de Castro expõe as motivações que o levaram a escrever sobre as agruras vivenciadas pelo campesino português que resolve emigrar para terras distantes e, de viés, o distingue dos resignados, que aceitam humildemente, apagados e submissos, a total falta de perspectivas de melhoria econômica. Enquanto esses últimos se deixam ficar na terra de origem, e apenas fitam, calados, vidas mais felizes, outros não se resignam facilmente porque sabem que

A terra em que nasceram e que lhes ensinaram a amar com grandes tropos patrióticos, com palavras farfalhantes, existe apenas, como o resto do mundo, para fruição duma minoria. E eles, mordidas as almas por justificada ambição, querem também viver, querem também usufruir regalias iguais as

---

<sup>1</sup> Transcrição incompleta da canção “Uma casa portuguesa”, de Renato Ferreira e Vasco Matos Sequeira, apud Rômulo Carvalho, *O texto poético como documento social*, Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, Serviço de Educação, 1995, p. 366.

que desfrutaram os homens privilegiados. E deslocam-se, e emigram, e transitam de continente a continente, de hemisfério a hemisfério, em busca do seu pão. (CASTRO, s/d)

As palavras seguintes com que o autor dá continuidade à apresentação do romance, retêm a constatação de que esses que transitam levam a pátria apenas no passaporte, porque, na verdade, para o pobre, não existe pátria nenhuma; ela só existe na retórica dos bem-nascidos e para os que foram eleitos pela sorte. E mais, para os pobres, a pátria “só existe, quando nos quartéis soam as cornetas ou nas repartições públicas se recolhem tributos.” (CASTRO, s/d). Em Ferreira de Castro a noção de pátria, enquanto valor coletivo, se esfacela completamente. Não é abrigo, referência, tampouco expressa vínculo. São “palavras farfalhantes”. O pobre é um ser banido, para quem a pátria dá as costas, no momento em que lhe nega a igualdade de direitos. Uns têm, outros nunca poderão ter – sentença, para o autor, o descaso público.

Ferreira de Castro atenta para um outro ponto, a que também confere muita importância - a exploração da inocência e da ingenuidade do trabalhador. O camponês, iludido por um sistema de aliciamento predador, se deixa dirigir por outros homens mais tenazes, no longo caminho até o Brasil ou até a América do Norte, e vai sendo explorado até que todas as suas economias sucumbam à ganância dos intermediários. Essa é a condição do personagem principal de *Emigrantes*, um camponês pobre, que viu no Brasil a chance de realizar seus sonhos e que, para empreender a viagem, deixou família, terra e amigos e uma dívida, que lhe demandou como garantia de pagamento, a hipoteca de seus bens – sua casa e a terra que, até então, lhe garantira o sustento. Manuel da Bouça seguiu o exemplo dos jovens que “iam tratar da vida”, que partiam resolutos e só voltavam quando já tinham o bastante para as casas novas, chafarizes e quintas com portões de ferro.

Motivo da ficção de Ferreira de Castro e de muitos outros autores, a emigração portuguesa, constante e significativa, não só para o Brasil como para a América do Norte, tornou-se, desde o século XIX, assunto de debates e preocupações da elite política e intelectual. O desconforto causado pela constatação de que o recurso das remessas que vinha dos emigrados era, absolutamente, necessário à sobrevivência da economia portuguesa teve como reação o fortalecimento do discurso nacionalista. A exaltação do caráter nacional se estendeu a vários interesses e a vários campos de estudos, como forma de buscar a cumplicidade de áreas disciplinares interessadas na cultura popular portuguesa. É digno de nota, nesse processo de desenvolvimento de interesses que foram absorvidos pelo discurso nacionalista, um movimento chamado “casa portuguesa”, que defendeu um tipo de habitação popular, construído sob um receituário arquitetônico cujo fundamento preconizava um modo de ser e habitar caracteristicamente português. A institucionalização de um projeto arquitetônico, autenticamente nacional, estabelecia o estereótipo de uma rusticidade integrada à paisagem.

Em *Emigrantes*, essa rusticidade não somente valoriza uma imagem idílica do campo, como aponta para a condição de pobreza do camponês e para o descaso das instituições públicas. Além disso, indica o forte contraste entre o desenvolvimento industrial europeu e a falta de dinamismo da economia portuguesa, ainda desatenta às mudanças reclamadas pela revolução de 1822.

Para mostrar a defasagem existente entre a representação literária e o contexto da vida camponesa do início do século XX, essa leitura apoia-se em João Leal, leitor da etnografia e da cultura popular portuguesas, em cujas produções temos uma visão crítica de dados estatísticos e de programas institucionais que foram interpretados pelo discurso nacionalista, a partir de um enfoque que preferiu ignorar a condição de penúria do camponês e valorizar somente o que se consideravam traços autenticamente portugueses.

## **1. Locus amenus**

O excepcional estudo de João Leal sobre cultura popular e identidade nacional (LEAL, 2000) mostra de que forma se foi sistematizando, a partir da última década do século XIX, um largo campo de estudos que abrangeu diversas representações da cultura tradicional portuguesa. Nesse processo, o movimento “casa portuguesa” conheceu muitas variáveis em relação ao seu significado. Desde as propostas iniciais até a formulação final, o quadro cultural e ideológico, por sobre o qual se perfilaram os programas de desenvolvimento do projeto, sofreu algumas transformações, contudo foi uma constante ver a nova proposta arquitetônica como uma das expressões do processo de refundação da nacionalidade, o qual se constituiu parte integrante da vida cultural portuguesa, entre o final do século XIX e a chegada do Estado Novo.

O programa tinha um duplo objetivo, o primeiro de natureza mais etnográfica buscava identificar o tipo autenticamente português de habitação popular; o segundo, eleger um conjunto de símbolos significativos da habitação tipicamente portuguesa, para que funcionassem como emblemas no processo de renovação nacionalista. Os modelos arquitetônicos importados como o *chalet*, por exemplo, eram na visão de Raul Lino (quem formulou mais sistematicamente a casa portuguesa como programa de nacionalização da arquitetura nacional) (LEAL, 2000, pp.122-123) uma descaracterização das autênticas tradições portuguesas. Os estrangeirismos arquitetônicos recebiam notas críticas nas várias revistas de arquitetura do início do século XX, enquanto os muitos partidários do movimento “casa portuguesa” elogiavam a motivação nacionalista do projeto e abraçavam o programa de construção caracteristicamente nacional.

João Leal identifica, nesse programa arquitetônico, o objetivo de postular um *corpus* de cultura material um tanto análogo ao *corpus* de literatura popular, que no início do século XIX foi reunido pelos primeiros românticos. Ele diz:

A concepção da nação como uma grande família, a designação de mãe-pátria (...) a assimilação à figura paterna de vultos decisivos na emergência de uma nação são, por exemplo, dispositivos suficientemente conhecidos. Da mesma maneira, a metáfora da casa – entendida como um espaço físico da família, associada à idéia de máxima proximidade e intimidade – é também corrente no discurso nacionalista.(LEAL, 2000, p. 124)

Vê-se que João Leal aponta para metáforas que se prendem à conceitualização da nação como um corpo de natureza étnica e, também, para outras cujo domínio semântico pode, como no primeiro caso, ser identificado com a construção da identidade nacional.

Os dois espaços que o movimento “casa portuguesa” coloca em conflito – a habitação popular e rústica do camponês e as construções modernas, cheia de estrangeirismos - aparecem lado a lado no romance de Ferreira de Castro e também podem ser lidos como metáforas de dois mundos distintos. A casa de Manuel, autêntico lar português, espaço físico da família e lugar de aconchego para o trabalhador exausto, contrasta com o palacete grandioso, ostensivo da fortuna de alguns e das formas estrangeiras que a memória dos torna-viagem procurava reproduzir, como forma de ostentar seu poder de compra, recém adquirido.

Manuel da Bouça sentiu o impacto dessa dualidade, quando, após receber os vizinhos que assomavam à sua porta desde que correu a notícia do seu regresso a Portugal, viu ao lado da paisagem escura, que ia engolindo, um a um, os visitantes dos quais se despedia, uma série de janelas iluminadas. A única casa da freguesia a ter luz elétrica – explicou-lhe a filha. A visão de “Tanta luz!” o fez recolher-se e fechar a porta atrás de si, “para não mais ver o fulgor que o palacete do Nunes irradiava sobre o vale rarefazendo as trevas e sugerindo riqueza e poderio onde outrora só existia humildade.” (CASTRO, s/d, p. 300)

No interior da casita, à parca luz do candeeiro, Manuel avaliou os móveis carunchosos e sentiu-a ainda mais miserável do que antes. Lá fora, o palacete resplandecia, impondo sobre as outras construções “autenticamente portuguesas”, a face estrangeira, rica, símbolo do sucesso dos

que migraram. O palacete ostenta os emblemas de um mundo diverso e que vêm se chocar radicalmente com os símbolos que, até então, identificavam o mundo português.

A casa de Manuel, antes de sua partida para o Brasil, embora já fosse a humilde choupana, tinha lá o seu encanto. As paredes brancas eram rodeadas por um quintal muito cultivado “ervilhas cheias de garridice”; “alfaces viçosas e tenrinhas”; “o couval gordo”; a figueira orgulhosa”; “Depois fazendo sentinela à terrinha pródiga duas cerejeiras” e “A cercar os mimos viçosos da natureza e a muitos servindo de dossel, corria a vinha”.(CASTRO, s/d, pp.19-20) Quando ele voltava à tarde, exausto do trabalho, via “o penacho de fumo, fumo da tarde, do jantar – algodão-em-rama que se desfazia, fluctuante, translúcido, quase azul.”, a convidá-lo para o aconchego do lar.

Mas aos quarenta e um anos, os doces encantos da vida rústica já não bastavam ao futuro emigrante. Ele queria mais, queria outras terras, que comportassem quatro juntas de bois; um dote para a filha; uma casa grande, “de telhas francesas, lá em cima, nos Salgueiros – uma casa em cuja salgadeira sepultasse dois porcos alentejanos.”. E sonhava...queria oferecer à vila, não uma escola como fizeram os Moradais, os únicos da aldeia que quiseram enfrentar o risco da viagem, mas uma nova ponte, da qual falava o abade. Via-se chegando à vila de automóvel, com duas malas, boas roupas, bons chapéus... Realizações para as quais teria que buscar os meios longe dali.

O sonho do emigrante, portanto, contemplava ida e volta e, embora a princípio o valor apareça deslocado para o espaço estrangeiro, ele só se afirma verdadeiramente, quando é revertido para a terra de origem. Tal como planejada, a viagem deveria ser circular, o regresso devendo levar o emigrante para o mesmo ponto de onde saiu.

A imagem desse movimento circular que impulsiona, em princípio, a viagem dos emigrantes portugueses é comentada num relato de Ramalho Ortigão, quando o autor refere-se às viagens empreendidas pelos rapazes do Vale do Lima.

*O brasileiro do Vale do Lima é em geral um pequeno brasileiro, tão pequeno que quase não passa de um rapaz que foi ao Brasil. A beleza da terra, a graça modesta dos costumes, a simplicidade da vida, exercem aqui, mais do que em outra qualquer parte esse magnetismo nostálgico que leva o emigrado a repatriar-se mais cedo que pode. Desde que ganha com que comprar o campo que tem de olho, com que levantar um andar à choupana paternal (...) o emigrado de entre Minho e Lima regressa modestamente. (ORTIGÃO, 1948, pp.10-11)*

De acordo com o autor, os emigrados dessa região específica, por força da saudade que sentem da terra, não se importam de voltar “modestamente”. Basta-lhes economizar o suficiente para pequenas aspirações. Eles logo retornam, porque estão presos à sua terra, por laços emocionais muito poderosos. A força que os traz, rapidamente, de volta ao ponto de origem apóia-se na valorização da vida simples, dos costumes campestres, das relações familiares; apóia-se, enfim, no que Ortigão chama de “magnetismo nostálgico”. Para o “brasileiro” do Vale do Lima, o movimento em direção ao Brasil fecha-se em um círculo ainda mais estreito, de forma que ele não se deixa afetar pelo gosto e excessos estrangeiros; não será “irremediavelmente” um brasileiro.

Os rapazes do Minho recebem de Ramalho Ortigão, o adjetivo “pequeno”, na inversa proporção do valor que ele atribui à decisão pelo rápido retorno. O peso das raízes familiares e regionais restitui rapidamente os jovens ao seu lugar de origem e impõe sobre eles um outro valor, o valor das tradições e da autenticidade. As observações de Ortigão sobre os “pequenos brasileiros” contêm o cerne do discurso nacionalista, a valorização do que se elegeu, por força de várias circunstâncias, como “autenticamente” nacional.

Da mesma forma que Emigrantes, muitas narrativas do século XIX e início do XX, afirmaram o valor português nas relações familiares, em estereótipos amáveis e rústicos; na casa – como

extensão da família; e na paisagem - às vezes preservada da “civilização”, ou então cultivada, com características rurais. Nessa mesma linha, a ideologia da casa portuguesa associava tipos de habitação popular a um *locus amenus*, como o que aparece cercando o casebre de Manuel da Bouça.

## **2. A casa do Brasileiro**

O contato íntimo com a natureza, a visão idílica do campo seriam, então, os substitutos do conforto e do luxo que as novas construções ostentavam. A criação de uma imagem homogênea alheia às diversidades regionais serviu-se das tradições para esboçar uma reação aos estrangeirismos que chegavam de toda parte, inclusive pelas mãos e receitas dos “brasileiros”. As motivações nacionalistas insistiram em acentuar o que era “essencial” à índole portuguesa, em contraposição à complexidade e ao poder crescente da chamada “civilização”. Reagir aos estrangeirismos seria, pela lógica do pensamento nacionalista, preservar a autenticidade e, nesse sentido, foi feito um trabalho de seleção dos símbolos, a partir dos quais se poderia distinguir o nacional do estrangeiro.

João Leal cita o caráter nacional atribuído aos trajes e danças (LEAL, 2000, p. 128), tipicamente portugueses que até as últimas décadas do século XIX, eram somente típicos da região do Minho. Da mesma forma, o fado, canção de Lisboa, tornou-se, no início do século XX, a canção tipicamente nacional. Nessa mesma linha, se tentou criar o protótipo da casa portuguesa, avessa aos *chals* e aos demais modelos de construção estrangeira, enaltecendo o diálogo da habitação popular com a paisagem e valorizando elementos rústicos e simples, como a cal que conferia brancura às paredes; os telhados de beiral; as chaminés e outros pormenores de valor decorativo. O poder evocativo dessas imagens tinha o objetivo de despertar sentimentos de apego à terra, sentimentos que acompanhavam o emigrante, durante toda a estada no estrangeiro.

Jorge Salazar Braga selecionou descrições, feitas por autores portugueses, das casas que continham influências estrangeiras e que eram associadas ao mau-gosto e à ignorância de seus proprietários. Segundo essa seleção, alguns elementos eram mais ou menos constantes e significativos do que era considerado “desvio” da construção rural tradicional. As casas dos “brasileiros”, por exemplo, apresentavam muitos desses desvios; a saber: múltiplos elementos decorativos como o “mosaico cerâmico”; “o alpendre”; “a colunata”; “beirais com consolas enfeitadas”; “a estatuária em louça” e, talvez o desvio mais ostensivo: “o não preconceito em relação às cores”. Além disso:

...o jardim naturalista limitado por gradeamento e fechado por portões de ferro forjado. Nele se pretendendo um elemento exótico, quicá uma reconstituição da floresta tropical. Daí existirem sempre palmeiras misturadas com plátanos e árvores de fruto. (BRAGA, 1986, p.64)

Sem dúvida, alguns desses elementos deveriam compor a casa que povoava os sonhos de Manuel da Bouça. O personagem admirava as habitações que os bem sucedidos, os “brasileiros”, mandavam construir assim que retornavam a Portugal. Manuel dizia para si, em pensamento: “As aldeias vizinhas prosperavam, porque os rapazes de lá, mal tiravam a sorte, partiam – passem bem, que vou tratar da vida! – e só regressavam quando haviam enriquecido.” (CASTRO, s/d, p. 23)

A casa que o camponês trazia na imaginação deveria ser erguida, de forma que ficassem bem visíveis os sinais da riqueza do proprietário, deveria ser, como as que os “brasileiros” mandavam construir, indicativa da prosperidade de seu possuidor; um símbolo do sucesso que todos os emigrados sonhavam alcançar. As doações destinadas às obras públicas funcionavam da mesma forma, elevavam o nome do benemérito e conferiam notoriedade e respeito às famílias dos emigrados. Em suma, coroavam publicamente o sucesso da empreitada.

Manuel desejava inserir-se nesse grupo, dos que arriscavam e voltavam abastados. Uma questão então se coloca: o que poderia significar para um camponês como ele os valores tidos como “autenticamente nacionais”, se o único objetivo da sua vida era conseguir obter o que os

“brasileiros” ostentavam? Exatamente uma casa grande, com “mosaico de azulejos”, colunata”, “a estatuária em louça”; sem esquecer o jardim com grades de ferro; ou seja, justamente com os tais “desvios” do modelo arquitetônico considerado autenticamente nacional.

Considerando que a ficção de Ferreira de Castro traz latente o imaginário da época, no que se refere ao sonho do emigrante, cabe dizer que a ênfase na valorização da casa portuguesa agia, sem dúvida, na contra-mão da ideologia do progresso. Ainda mais que havia um desnível imenso entre a valorização da imagem poética (casinhas rústicas e acolhedoras, em meio à vegetação esplendorosa) e a realidade paupérrima das habitações populares.

### **3. Um inquérito**

O primeiro levantamento minucioso<sup>2</sup> das condições de habitação do camponês português, iniciado no início do século XX, mostrou a discrepância entre a imagem poética, tão presente na literatura, e a dura realidade das famílias pobres. O inquérito pôs em relevo informações de toda ordem, desde a configuração espacial das residências - as condições de acesso à água e esgoto e o tipo de exploração agrícola - até um inventário dos objetos, móveis e roupas com a especificação de um valor monetário atribuído aos bens. O estudo tinha uma concepção alargada de habitação, concebia de vital importância o conjunto das condições materiais ligadas à sobrevivência, daí a adoção de critérios que pudessem revelar as reais condições sócio-econômicas das unidades domésticas.

João Leal traz dados desse inquérito que espantam pelo que revelam da precariedade das construções. O primeiro volume, sobre as habitações do norte do país, já traz o contraste brutal entre a paisagem verde, de águas frescas e os conjuntos miseráveis cujo acesso era feito por caminhos alagados e cheios de estrume, onde crianças sujas engatinhavam em meio a porcos e galinhas. Os relatos dos pesquisadores mostraram que, de perto, as condições de moradia eram ainda mais assustadoras. Pouca ou nenhuma ventilação, cômodos sem iluminação, miseráveis e imundos. Um mesmo compartimento servia de dormitório para toda a família e os utensílios eram sempre escassos e sem conservação. O estado de boa parte dos telhados também era precário, muitos não seguravam a chuva, além de oferecer o perigo de desabar sobre as cabeças dos moradores. Adjetivos como precário, nauseabundo, pobre, miserável eram correntes nos relatórios e, por vezes, a situação era tão calamitosa que os inquiridores se viam na obrigação de elaborar um relato absolutamente minucioso, de forma que esse estudo resultou num vasto painel das condições miseráveis em que vivia o homem do campo. No segundo volume, foram reunidos os inquéritos realizados no sul do país e os relatos constantes desse exemplar também foram quase unânimes em registrar que as moradias das famílias eram desprovidas de condições essenciais, tanto no que concerne à habitação quanto em relação aos meios ou recursos que as famílias dispunham para garantir o sustento ou para buscar uma melhor condição de vida.

Essa condição que o inquérito registrou está perfeitamente esboçada em *Emigrantes*:

Manuel da Bouça volvia agora para o Frágua, para Cimo da Vila enquadrando ao mesmo tempo, na vista, o Barreiro e os Salgueiros, que já se esfumavam no lusco-fusco. Tudo casas velhas e terras medidas a palmo – gente que trabalhava sem futuro compensador, que trabalhava até à morte, órfã de todo conforto, como se o destino fosse apenas viver para a miséria.  
(CASTRO, s/d, p. 36)

---

<sup>2</sup> João Leal informa que esse inquérito compreendeu, além dos relatos, plantas e fotografias de cada habitação. Foi feito em todo o país, dividido em 11 áreas para o estudo. Para cada uma das províncias, foi selecionado um conjunto de 20 localidades, representativas da região como um todo. O grupo alvo era constituído de pequenos proprietários e trabalhadores agrícolas. A equipe de trabalho contou com professores do Instituto superior de agronomia, estudantes e recém licenciados.

O olhar de Manuel da Bouça não deixa dúvidas quanto à falta de perspectivas de seus conterrâneos e, quando Ferreira de Castro (assim como o inquérito) aproxima sua lente do interior da residência do camponês, aparece mais uma vez o lado nada poético das habitações rurais portuguesas. O momento da refeição, constituída por uma tigela de caldo e um pedaço de broa, mostra um cenário bem diferente daquele espaço verdejante que o emigrado leva como lembrança: “Ao fundo, sob a chaminé que a fuligem vestia de luto, o fogo esmorecera (...) Distanciada do brasido a velha panela, com uma perna já fracturada, fumegava... Manuel da Bouça sentou-se à mesa de pinho, bordada já pelas agulhas do caruncho.” (CASTRO, s/d, pp. 26-27)

A ficção de Ferreira de Castro também parece inventariar os poucos bens do pequeno proprietário rural, o que nos fornece um outro olhar para a interpretação dos valores “autenticamente portugueses”, que o discurso nacionalista pretendeu eleger.

## **Conclusão**

O inquérito se constituiu um bom exemplo das tensões e conflitos que atravessavam o campo dos discursos nacionalistas. Fica evidente que um estudo de tal monta, subvencionado por organismos oficiais, negava drasticamente a exaltação da paz bucólica, em meio a qual erguiam-se as casas acolhedoras, onde famílias felizes viviam placidamente, contando com os recursos naturais.

Além disso, o inquérito traz à luz um paradoxo: o fato de que o movimento da “casa portuguesa”, preocupado em manter e valorizar um modelo arquitetônico autenticamente nacional, só poderia ser seguido pelos “brasileiros”, tendo em vista que somente os torna-viagem teriam dinheiro para construir novas casas (com ou sem estrangeirismos), ou para reformar suas velhas residências. Assim, os símbolos de autenticidade nacional, no que concerne à casa portuguesa, só poderiam impressionar ou serem adotados por “brasileiros”, ou seja, por portugueses que, ironicamente, não eram mais chamados pelo adjetivo pátrio.

Na ficção de Ferreira de Castro, a descrição de uma relação íntegra, intensa e poética, entre o camponês e a terra de onde ele tira “o pão”, aparece minada pela falta de recursos e de perspectivas. A natureza, de onde o camponês tira o sustento, é plena, salutar, mas também se esvazia pela impossibilidade de se “amealhar” com vistas a um futuro melhor. Em *Emigrantes*, a imagem estática de um vínculo primordial, de um lugar onde estão as raízes e para onde se pode voltar um dia, sucumbe ao realismo com que o autor descreve a experiência de Manuel. E, apesar de a relação de trabalho baseada no cultivo da terra, de onde se tira sustento e vida, ter ficado impressa no íntimo do emigrado, como a única coisa realmente válida e consistente, o amargo retorno irá agir como um ácido sobre as belas tintas com que essas imagens foram pintadas na memória, até corroê-las completamente. O camponês irá amargar o reconhecimento de que só há retornos possíveis para quem cumpre o pacto do enriquecimento. Quem volta pobre como partiu perde o mísero lugar de antes. A terra, tão íntima antes da partida, não o reconhece mais; tampouco ele a vê como outrora. O estranhamento só cessa em raros momentos, quando bruxuleia a brasa, quase extinta, das lembranças felizes, mas serão rápidos momentos de reconhecimento e intimidade, antes que o fracasso de Manuel se imprima soberano sobre as pálidas marcas do passado.

## **Referências Bibliográficas**

- [1] BRAGA, Jorge Salazar. A casa do brasileiro e a paisagem rural do século XIX, in: *Conferências Discursos comemorações do dia da Comunidade Luso-Brasileira*, Secretaria do estado das Comunidades Portuguesas Centro de Estudos, Ponte de Lima, 1986.
- [2] CARVALHO, Rômulo de. *O texto poético como documento social*. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, Serviço de Educação, 1995,

- [3] CASTRO, Ferreira de. *Emigrantes*. 13a. ed., Lisboa: Guimarães & Cia, 1946.
- [4] LEAL, João. *Etnografias Portuguesas (1870-1970) Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2000.
- [5] ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*. Livraria Clássica Editora, 1948, pp. 10-11.

**Autor(es)**

<sup>1</sup> **Maria do Carmo PASCOLI, Profa. Dra.**  
União Metropolitana de Educação e Cultura - UNIME  
m.pascoli@terra.com.br